

Reflexões sobre ontologias jornalísticas no contexto de desinformação e crises sistêmicas

Reflections on journalistic ontologies in the context of disinformation and systemic crises

Elizabeth Saad^[*]
bethsaad@usp.br

RESUMO

O encontro entre desinformação e digitalização informacional/social configura-se no *locus* ideal para a rápida e incontrolável aceleração de desordens informativas, especialmente em momentos de crise sistêmica, tendo o jornalismo um papel fundamental na produção de informação de qualidade, legítima e credível. Indagamos como a práxis e respectivas ontologias são resilientes em tais cenários, especialmente com relação aos processos redacionais de verificação. Partimos do pressuposto que existem diferenças entre as ontologias da verificação e aquelas emergentes dos processos de *fact-checking* necessários ao combate da desinformação. Propomos refletir neste ensaio teórico sobre as possibilidades de conciliação dos diferentes preceitos ontológicos. Instrumentalizamos nossas reflexões a partir de um panorama do jornalismo contemporâneo em reconfiguração; apresentamos os conceitos recentes na literatura sobre ontologia do jornalismo; discutimos as diferenças de fazeres entre a verificação redacional cotidiana e a atividade do *fact-checking* organizada como um sistema paralelo; apresentamos e comentamos sobre ecossistema brasileiro atuando neste cenário. Novos posicionamentos ontológicos diante de ondas de desinformação preservam o jornalismo de qualidade, mas necessitam de processos mais complexos que aquele já consolidado de verificação redacional. O *fact-checking* parece ser o complemento oportuno para dar conta do cenário e olharmos para o jornalismo como parte de um ritual comunicativo enraizado nas bases da sociedade que atua.

Palavras-chave: crise sistêmica; ontologias; jornalismo; *fact-checking*

ABSTRACT

The meeting between misinformation and informational / social digitization is the ideal locus for the rapid and uncontrollable acceleration of information disorders, especially in times of systemic crisis, with journalism having a fundamental role in the production of quality, legitimate and credible information. We asked how the praxis and respective ontologies are resilient in such scenarios, especially regarding the editorial processes of verification. We assume that there are differences between the verification ontologies and those emerging from the fact-checking processes necessary to combat disinformation. We propose to reflect in this theoretical essay on the possibilities of reconciling the different ontological precepts. We instrumentalize our reflections from a panorama of contemporary journalism in reconfiguration; we present recent concepts in the literature on ontology of journalism; we discuss the differences in actions between daily editorial verification and the fact-checking activity organized as a parallel system; we present and comment on the Brazilian ecosystem operating in this scenario. New ontological positions in the face of waves of disinformation preserve quality journalism but need more complex processes than the already consolidated on newsroom verification. Fact-checking seems to be the opportune complement to take care of the scenario and to look at journalism as part of a communicative ritual rooted in the bases of the society that operates.

Keywords: ontology; journalism; *fact-checking*

[*] Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Butantã, São Paulo/SP.

Introdução

Sabemos que os processos de desinformação em nossa sociedade não são recentes, mas seculares. Sabemos que a digitalização vem, progressiva e massivamente, tomando conta de nossos processos de sociabilidade e, especialmente, das formas e meios de como nos informamos, interagimos, tomamos decisões e formamos opiniões sobre acontecimentos. Também sabemos que o encontro entre desinformação e digitalização informacional/social configura-se no *locus* ideal para a rápida e incontrolável aceleração de desordens informativas.

Tal cenário processual e claramente comunicativo abarca todo o tecido social, mesmo que parte dele não esteja em conexão digital. Um cenário no qual o jornalismo (em suas múltiplas plataformas de disseminação) tem um papel fundamental na produção de informação de qualidade, legítima e credível. Mas, como atua o jornalismo especialmente em períodos sociais críticos e sistêmicos? Como a práxis pautada por ontologias consolidadas de adequa a estes momentos?

Ao propormos uma reflexão ontológica do jornalismo diante da crise sistêmica vigente entendemos que a) o jornalismo tem sua existência e práxis inseridas tecido social, portanto, um sistema vivo; b) ontologia constituiu-se no âmbito dos estudos sobre a essência dos seres e, ao olhar para o jornalismo, situa-se na essência do ente social jornalismo vivente e atuante, precedendo, portanto, sua epistemologia; c) o construto de crise sistêmica é tão amplo quanto a própria amplitude do tecido social em análise, sendo necessário recortes - o enquadramento ao campo do jornalismo contemporâneo digitalizado; e a inserção deste num dado contexto social, no caso, o brasileiro; d) as reflexões aqui propostas sustentam-se na visão de que a atuação do jornalismo é sistêmica de per si e também em suas relações no ambiente, é complexa em seu papel e em sua práxis, e seu entendimento contemporâneo requer visões multi e transdisciplinares extra-campo.

Com isso, a reflexão sobre um cenário processual no qual cotejamos olhares adicionais à ontologia do jornalismo e às oscilações críticas no sistema social-político-econômico-informativo suscita um amplo leque temático de especificidades: o ecossistema e as características brasileiras, a desinformação e as fake news, as narrativas e os formatos jornalísticos impactados pelas relações em rede, pelo uso de dados e pela própria estrutura da linguagem digital, os aspectos do negócio, a formação e atuação profissional, dentre os principais. Evidentemente, o detalhamento de cada um destes temas

não cabe nesta proposta ensaística, seja pelos mesmos estarem amplamente discutidos na literatura e, em sua maioria, aqui referenciados; seja pela intenção autoral de evidenciar reflexões sobre o tema central. Ainda assim, buscaremos incluir aqueles detalhamentos imprescindíveis ao longo do desenvolvimento deste texto.

Postas as considerações iniciais, buscamos refletir teoricamente sobre o atual cenário da práxis jornalística e de seu porvir, onde a desinformação explora as *affordances* das plataformas sociais para ter um alcance mais rápido, amplo e eficaz daquele dos processos ontológicos tradicionais do jornalismo. Partimos do pressuposto que existem diferenças entre as ontologias do jornalismo clássico das redações e aquelas que se constroem a partir da desordem informativa constituída. Também temos por pressuposto que a atividade de *fact-checking*, seja realizada por uma redação jornalística, seja por um empreendimento informativo independente, traz alterações no processo ontológico da práxis. Questionamos conceitualmente a possibilidade de conciliação ontológica entre eles e objetivamos delinear o ecossistema viável para este novo cenário que se instala e propomos ao final pontos de discussão em futuros estudos.

Este ensaio teórico – baseado em bibliografia recente e em análises autorais, estrutura-se a partir da discussão do jornalismo contemporâneo e suas adequações e reconfigurações em momentos de transformação e crises sistêmicas e, simultaneamente, impactado em moto contínuo pela digitalização, pelo perfil de consumo informativo da audiência e por sua inserção num ecossistema informativo de múltiplos protagonismos. Para isso nos referenciamos principalmente em Bruns, 2004; Deuze e Witschge, 2018; Ward, 2018; Zelizer, 2019; Steensen e Westlund, 2020.

Seguimos para os aspectos ontológicos do fazer jornalístico – as práxis redacionais, também impactadas por transformações e crises, mas que necessitam produzir informação sobre os acontecimentos e fatos da forma mais clara e transparente para que seja compreendida pelo público e incorporada aos seus processos cognitivos e de opinião. Referenciamos, principalmente, a partir de Kovach e Rosenstiel, 2014; Bellan, 2017a, 2017b; Venturini, 2018; Toyoshima, 2019. Também discutimos as atividades em desenvolvimento na indústria informativa brasileira relacionadas ao *fact-checking* como reação à desordem informativa para correlação às práxis correntes e às potenciais revisões nas ontologias vigentes. Por fim, nos referenciamos em Graves, 2013 e 2020; Posetti, 2020 em busca de uma diferenciação entre o procedimento de verificação – tradicional nas práticas redacionais e aquele

de *fact-checking* intra e extra redações que vem se constituindo determinante neste momento de inflexão.

Reforçamos, ainda nesta introdução, o caráter ecossistêmico do jornalismo contemporâneo e seu status de sistema sociotécnico – um sistema de mediação técnica produto de atores humanos e não-humanos (Latour, 1994; Santaella & Cardoso, 2015), que se desloca no tempo e no espaço, quebrando a idéia de transmissão unidirecional de informações e passando para uma lógica de compartilhamento e associação no consumo de informações (Alzamora, 2007). Um ecossistema que não renuncia à preservação dos valores democráticos, na construção da opinião pública e no fortalecimento da sociedade civil (Chideya, 2019).

A sucessão de crises que temos vivido neste século XXI implica numa revisão do fazer jornalístico forma a tornar seu processo mais resiliente ao contexto crítico deste milênio e do posicionamento dos estudos do campo como um espaço interdisciplinar que não se concentra nos estudos tradicionais, estando aberto a pesquisas e diálogos com campos relacionados (Steensen e Westlund, 2020, p. 3, tradução livre da autora). Nos referenciamos aqui à exploração e aceleração dos processos de trabalho por meio das *affordances* do meio digital para a produção de conteúdos (Bruno, 2004; Ward, 2018); do maior envolvimento da audiência; da adequação ética (Ward, 2018); da sustentabilidade do negócio informativo (Deuze e Witschge, 2018); do exercício do fazer jornalístico nas plataformas sociais como um campo de produção cultural e de mediação (Soster, 2009; Hermida, 2013; Deuze e Witschge, 2018). Temos claro que a plataformação generalizada colocam na arena (e na esfera pública) outros agentes de informação e produção de sentido a partir do que circula no Twitter, Facebook, Instagram, YouTube, WhatsApp entre outros sistemas. Aqui, destacamos a tese de doutoramento de Marcelo Alves (2019) que corrobora, significativamente, com dados recentes do cenário brasileiro, indicando plataformas como vetores da polarização, da desinformação e da desinstitucionalização da práxis por meio de *bots*, inteligência artificial e outros recursos técnicos; e, conseqüentemente o surgimento de novos atores e grupos que atuam em rede.

Breves notas sobre crises sistêmicas

Ao assumirmos que o jornalismo contemporâneo atua de forma (eco)sistêmica, portanto, inserido num amplo contexto crítico que indicamos anteriormente, é importante indicarmos as âncoras conceituais

em que nos baseamos. Falamos de informação, comunicação e relacionamentos, alavancados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, onde o jornalismo tem papel preponderante nesse ambiente múltiplo. E, para caracterizarmos a crise sistêmica vigente há que recorreremos brevemente às origens.

Sistemas, sistemas complexos, ecossistemas são construtos que endereçam à Teoria Geral dos Sistemas (TGS) do biólogo Ludwig von Bertalanffy por ele desenvolvida entre os anos 1950/60, e desdobramentos à mesma época a partir de sua correlação à organização de informações e à emergência da Informática e da Ciência da Informação (CI) por meio dos estudos de Claude Shannon e Norbert Wiener. Toda essa estrutura se estende por múltiplos campos do conhecimento e abordagens tais como “filosofia de sistemas (voltada para a ética, história, ontologia, epistemologia e metodologia de sistemas), engenharia (sistemas artificiais, como robôs, processamento eletrônico de dados etc.), análise desenvolvimento e planejamento de modelos de sistemas (inclusive matemáticos), especificidades de campos do conhecimento (Economia, Política, Informação, Ciências sociais) e a pesquisa empírica em geral.” (Araújo, 1995: online).

Ao vincularmos o tema ontologia do jornalismo à lógica sistêmica temos a ação jornalística localizada num ambiente complexo, instável e mutante, no qual os componentes interagem mutuamente, não linearmente, e que se auto-(re)organiza a partir de qualquer elemento que altera a lógica estabelecida (Costa, 2020: p. 59). Circulam no ecossistema jornalístico expressões de informação e comunicação tanto em seu sentido semântico-interpretativo, quanto naqueles de efeitos-influência. Circulação essa pautada pelos aspectos técnico-digitais que, por suas características estruturais e de governança (no caso das plataformas), impactam na eficácia da transmissão das mensagens.

Tem-se, para o mundo jornalístico, um imbricamento entre os ambientes da ação e efeitos da informação noticiosa visando a formação da opinião pública, o processual-redacional na produção do fluxo informativo, o técnico-digital na estrutura de distribuição e das relações plataformações, e o econômico na manutenção do jornalismo como negócio viável e sustentável. Interconexões que desestabilizam o sistema e requerem revisões que busquem um novo momento de estabilidade. Toda intervenção crítica em quaisquer destes ambientes configura-se numa crise sistêmica.

A multiplicidade de abordagens sobre crises sistêmicas passa pelas áreas da Sociologia, das Ciências Políticas, da Economia, da Engenharia de Sistemas e do

próprio jornalismo, dentre as principais. Buscamos uma conceituação ampla para o tema de forma a não nos desviarmos do objeto central deste ensaio, para posteriormente, indicarmos a crise sistêmica ora vivenciada no jornalismo e um dos vetores de discussão de sua ontologia.

Resumidamente, é possível caracterizar a crise sistêmica contemporânea como um momento de disputas e tensões que perpassam as estruturas do capital, o mundo do trabalho, a multipolaridade de poderes econômicos e políticos, e no Brasil o enfraquecimento do campo progressista a partir do período que culminou nas eleições presidenciais de 2018 (Teles da Silva: 2020, p. 7-8)

Dirigindo a conceituação para os campos sociais, onde o jornalismo se posiciona, recorremos ao sistemismo de Mario Bunge (1999; 2000; 2003) para quem todo fato social pode ser abordado metodologicamente por meio da visão sistêmica. *O sistemismo é uma visão de mundo que pode ser utilizada como base nos estudos empíricos de qualquer sistema, incluindo sistemas técnicos e sociais que tenham foco em informação, sejam unidades ou serviços de informação, bases de dados, sistemas de informação etc.* (Silva et al.: 2016, p. 2). Bunge propõe o princípio ontológico de que a realidade é formada por sistemas abertos, possibilitando a interconectividade entre seus elementos, gerando a condição de mediação entre eles. O ambiente social no qual o jornalismo transita pode, portanto, ser abordado ontologicamente a partir da visão sistêmica corroborada por Bunge.

Por último, recorremos a Cevolini (2018), Henn & Oliveira (2015) e Christakis & Fowler (2011) para localizar o jornalismo nos contextos de hiperconexão, de narrativa em rede e de desinformação que permeiam a sociedade e, na maioria das vezes, governado pela lógica algorítmica privada das plataformas sociais.

Os estudos do sociólogo Christakis, de visão ultra-positiva com relação ao digital, levam às conexões e todo o processo de propagação (para o bem e para o mal) do conteúdo que se estabelecem na rede ocorrem a partir de relações interpessoais alavancadas por homofilia, confusão ou indução dos indivíduos. Tal processo gera um valor, o capital social que se concentra nos grupos que se formam e que são modulados pelas plataformas, que o autor denomina de superorganismos. Com isso, a propagação de informações e notícias nas redes digitais se dá por meio das relações interpessoais que se constroem e que se alteram conforme a modulação algorítmica e o peso relacional inter-indivíduos.

Os estudos de Cevolini (2018, p. 76) ainda que partindo de análises da mídia massiva para sustentar

o cenário da disseminação hiperconectada no digital, ancoram-se na perspectiva sistêmica de Niklas Luhman e corroboram à visão de Christakis. Para Cevolini, diante da disseminação de informações e não-informações no meio do digital há que se considerar a lógica de “loops informativos auto-amplificados” (*self-amplified information loops*) onde comunicados e comunicantes utilizam-se no mesmo suporte midiático de disseminação para alcançar a opinião pública: “*Pesquisas empíricas mostram que não é a informação que forma a opinião, mas opiniões que filtram as informações que mais se adequam à visão de mundo pré-existente, servindo como meio de sua confirmação*” (ibid, p. 86). Visões que colocam em ressignificação ontologias dos processos jornalísticos quanto à visão de rede e de relações com o público nas redes.

Por fim, numa outra vertente sistêmica baseada na semiose dos acontecimentos por Pierce e Lotmann, tem-se a caracterização de crise sistêmica no jornalismo analisada por Henn & Oliveira (2015). Para os autores as redes sociais são “*lugares constitutivos de acontecimentos jornalísticos*” (ibid, p.84) onde se estabelece uma intensa disputa de sentido. O jornalismo “*só existe na interação com outros sistemas, que o afetaram com maior ou menor intensidade ao longo da história. Agora, com as redes sociais, essa afetação é potencializada, gerando o ambiente de crise.*” (ibid, p. 90). Assim, sugere-se uma ressignificação do jornalismo como sistema de produção de sentido – e portanto, de sua ontologia.

Consideramos que, a partir destas notas sobre crises sistêmicas e respectivo enquadramento ao jornalismo contemporâneo, possamos seguir às discussões ontológicas.

Um percurso ontológico do jornalismo contemporâneo

De qual ontologia falamos? Uma primeira mirada nos apresenta múltiplas direções e campos: filosofia, ciência da informação, design, semiologia, ciência da computação, pedagogia, entre outros. Buscando a simplificação, ontologia (numa definição genérica) refere-se a técnicas de organização das informações para que elas se apresentem como um conhecimento acessível e compartilhável. Numa caracterização mais técnica, as ontologias podem ser tipificadas quanto ao grau de formalismo, aplicação, conteúdo e função (Moraes e Ambrósio, 2007). E, numa caracterização mais objetiva, os mesmos autores afirmam que ontologia é a “ciência do que é” e o “estudo das coisas que existem”.

Considerando o campo do jornalismo e seus pa-

radigmas constitutivos, é possível caracterizar, a partir do conceito técnico indicado, que sua ontologia é de elevada informalidade, expressa em linguagem natural que “descreve conceitos mais amplos, como elementos da natureza, espaço, tempo, coisas, estados, eventos, processos ou ações, independente de um problema específico ou domínio particular” (Moraes e Ambrósio, 2007). Com isso, temos que ontologias para o jornalismo agregam um conjunto de visões, valores, procedimentos e atividades que explicam e sustentam o campo.

Diferentes autores vêm discutindo sobre o que seria uma “ontologia do jornalismo” e, a partir da literatura, é possível afirmar que existem múltiplas abordagens – o entendimento do campo e da essência de seus fazeres e respectivas éticas, as questões do trabalho do jornalista, os aspectos técnicos e de sistemas de produção noticiosa. Também pudemos observar que tais abordagens são sustentadas por múltiplos recortes epistemológicos – das teorias do jornalismo tradicionais (Kovach e Rosenstiel, 2014) à TAR – Teoria Ator-Rede (Primo & Zago, 2015; Venturini, 2018) e às visões sobre o trabalho do jornalista em contexto de teorias econômicas (Bellan, 2017a, 2017b), entre outras. A diversidade destas vertentes põe clara a sensibilidade do tema e a complexidade de buscarmos um conceito universal, praticamente insustentável. De toda forma, seja qual for a abordagem, a relação ontologia-jornalismo passa (ou deveria passar) pela idéia de produzir informação da forma mais clara e transparente para que seja compreendida pelo público e incorporada aos seus processos cognitivos e de construção de opinião.

O objetivo de nossa reflexão foca, mais diretamente, numa discussão ontológica em perspectiva de transformação sem deixar de incorporar todo um cabedal de preceitos péticos para a práxis jornalística. Ainda assim, temos a referenciar acerca das bases autorais que fundamentam o tema como ponto de partida. Com isso, buscaremos, a seguir, organizar resumidamente as principais discussões para instrumentalizar o que propomos refletir.

A tríade jornalismo-notícia-*ethos* é fundante para abordarmos ontologias. Definições, por exemplo, sobre o que é jornalismo, o que é notícia ultrapassam os objetivos desta reflexão e a discussão na literatura de ontologias já a incorpora como pressuposto, e aqui assumimos o mesmo. No dizer de Traquina (2005, p.14) “[...] a sociologia do jornalismo aponta claramente para a tese de que

a compreensão das notícias implica num conhecimento da cultura jornalística”. Sponholz (2017, p.27) afirma que a realidade social para o jornalismo possui dupla mirada “aquela sobre a qual se noticia, a ser mediada e a que o jornalismo produz (realidade midiática)”, ou seja, ontologicamente segundo a autora, “o jornalismo não pode abdicar desta possibilidade de se aproximar da realidade, ao considerar toda e qualquer declaração sobre um mesmo recorte da realidade como uma versão válida” (ibid, p.33). O professor Luan Chagas (2017, p.4) faz uma revisão da literatura sobre ontologias no jornalismo com ênfase nos autores brasileiros e propõe:

Para buscar uma ontologia da notícia, deslocada da visão conceitual tradicional para além do tripé iluminista-racional-humanista, buscamos três premissas que buscam entender o objeto: 1) a notícia possui uma base na sociedade a partir de valores clássicos o que a tornam um espaço de disputa; 2) a notícia é produzida por seres humanos, por isso necessita nesse âmbito considerar aspectos como os ponto de vista, a alteridade e valores profundos nesse sentido; 3) a notícia será pensada aqui numa perspectiva onto-materialista, econômica e social, cognitiva e afetiva, em um viés que envolve a produção e a audiência, o formato e a circulação.

O elemento humano no jornalismo – os próprios jornalistas e os protagonistas das realidades em relato, ocupa um espaço central em todo o processo não importando se a práxis esteja fundada na tradição, seja no ambiente digitalizado e algoritmizado. A partir daqui é possível introduzir a visão de paradigma^[1] jornalístico (Charron; DeBonville, 2016) como um outro olhar para a ontologia do jornalismo, em função de suas transformações contínuas.

Os autores propõem que o paradigma jornalístico, em termos teóricos, se diferencia da práxis. Para eles é possível entendê-lo como um sistema normativo de postulados e esquemas de interpretação sobre os quais a comunidade se identifica num dado espaço-temporal, legitimando a prática. Por outro lado, também é possível entendê-lo como um conjunto de regras que norteiam as atividades redacionais de seleção, captação, edição e distribuição.

É possível, com tal proposição, adentrarmos para as reflexões sobre ontologia do jornalismo no momento

[1] Entende-se aqui por paradigma um campo de atuação em que os participantes o praticam sob um conjunto de convenções não necessariamente escritas, mas que são conhecidas e transmitidas entre os membros da comunidade. O conceito de paradigma vai incidir no jornalismo justamente sob esse aspecto (Adghini, 2017 apud Moura et al, 2018).

contemporâneo digitalizado, o jornalismo do tempo presente (Toyoshima, 2019) que tem por função relatar o agora (o contemporâneo, o momento), correlacionando com o que foi anterior ao agora (o contexto) e com o que se seguirá ao agora (tendências). Uma função totalmente impactada nas ambiências digitais, com múltiplos “agoras” determinados pelos tempos/momentos individuais da audiência.

Assim, uma primeira questão ontológica para o campo do jornalismo refere-se à temporalidade e sua dinâmica nas práticas digitais. Friedrich Kittler (2019) faz extenso histórico sobre o tema, objetivando caracterizar uma ontologia para a mídia como um todo. Para o autor, a base de uma ontologia para a mídia sustenta-se numa relação homem integrado a “comandos, endereçamentos e dados” (p. 30), portanto mutante no tempo e no espaço.

Um segundo conjunto de reflexões abriga aspectos de credibilidade e legitimidade que, em tempos recentes de desinformação, vem sendo questionadas por uma sociedade mergulhada em contínuas polarizações, gerando rupturas e fragmentações sobre a atividade jornalística. Credibilidade e legitimidade são ontologias pétreas para o exercício do jornalismo, mas vivenciamos um cenário que, segundo a professora Nikki Usher (2017), coloca em embate as relações com a audiência que são, em última instância, aferidoras do processo. Propõe como vetores de credibilidade três “objetos do jornalismo” vinculados à materialidade da indústria: as edificações (o negócio em concreto), a matéria-prima noticiosa (os acontecimentos transformados em dados e metadados) e os produtos informativos resultantes (conteúdo formatado em múltiplas ambiências e suportes): “tais materialidades constituem-se em espaços de disputa e debate em que a credibilidade é negociada entre consumidores, jornalistas e outros” (ibid, p. 6). Assim, o jornalismo (ontologicamente falando) não se trata apenas de um processo de construção do conhecimento e provimento de informações. Ele passa a constituir-se num ritual comunicativo, ordenando tempo e espaço para favorecer o compartilhamento de sentidos e coesão cultural.

A discussão ontológica sobre credibilidade e legitimidade traz, logicamente, o aspecto também pétreo de objetividade no jornalismo. Tradicionalmente, a separação entre sujeito e objeto é norma para um relato preciso e isento dos acontecimentos. O professor Thomas Martine (2018) propõe pressupostos ontológicos nos quais a objetividade: “não é sobre o estabelecimento de uma conexão entre sujeito e objeto, mas passa a funcionar como uma forma de dar a conhecer um sujeito a partir de um objeto

conhecido” (p. 3, tradução livre da autora). A proposta de Martine, que segue visões similares às de Charron e De Bonville, adequa-se ao tecido social vigente, pois, confere mobilidade aos objetos do mundo, podendo os acontecimentos a eles relacionados serem descritos a partir de combinações entre imagens, testemunhos, áudios e matérias. Em última instância, a produção informativa possui humanidade através de produtores, protagonistas e leitores que são espelhos de si mesmos e, a partir disso, a objetividade jornalística assume uma papel estratégico-ritualista para o processo informativo contemporâneo.

Um terceiro conjunto ontológico está relacionado aos aspectos do trabalho visto sob dois ângulos – o trabalho e a profissão inseridos nas lógicas do capital; e os processos de trabalho, as normas, as rotinas e os sistemas que formam a máquina de produção noticiosa.

O estudo do professor Rafeal Bellan reforça as afirmações de Usher e Martine: “Uma ontologia do jornalismo deve atentar-se, assim, na dinâmica entre a objetividade e subjetividade, em que a composição do objeto de investigação científica passa pela busca de sua constituição interna: a atividade humana” (2017, p. 130). O pesquisador indica que a contínua crise pela qual o campo vem passando leva a uma reflexão sobre os processos de trabalho e respectiva correlação com aspectos políticos, sociais e econômicos:

A crise do metabolismo social em sua totalidade afeta de forma substantiva o mundo do trabalho. Os jornalistas, refêns dessas mudanças, têm se tornado operadores extremamente precários de formas de produção noticiosas abaladas pelo novo mecanismo de extração de mais-valia global, o capitalismo em tempos de informatização tecnológica. Como muitas outras profissões, alteradas e muitas vezes extintas por novas forças produtivas, o jornalismo tem se tornado uma prática fragmentada e instável, sendo que o empreendedorismo individualizado neoliberal afeta tanto sua subjetividade e seus projetos profissionais quanto o papel da informação jornalística na sociabilidade hegemônica. (Bellan: 2017, p. 144)

O trabalho jornalístico, para além da crise do campo, também é impactado por aspectos culturais e socioeconômicos de onde atua. Segundo Moreira e Alonso (2018), focados na América Latina, a práxis jornalística precisa ser entendida em consonância às idiossincrasias e arqueologias locais/regionais. Para eles:

Este desafio significa tirar ‘o salva-vidas teórico’ e nadar pelas águas turbulentas das redações latino-americanas e respectivas práticas cotidianas – sejam tradicionais ou emergentes – de forma a buscar a sistematização, a estrutura e a normalização das práticas para um corpo conceitual e teórico que abarque o jornalismo como um todo. (p. 307).

Moreira e Alonso organizaram um dossiê para a *BJR – Brazilian Journalism Review* que trata do cenário do trabalho jornalístico na América Latina e concluem que

É importante nos distanciarmos de visões padronizadas e reducionistas e buscarmos o entendimento da práxis latino-americana (e brasileira especialmente) de forma mais flexível, dinâmica, diversificada e heterogênea, com suas próprias, regras, práticas e convenções fusionadas com aos costumes, tradições, tabus, crenças, cerimônias e folclore de uma região intercultural e multiétnica (p. 310).

As discussões até aqui apresentadas indicam que mutações contínuas indicam que a busca pela normalização^[2] das práxis se complexifique, seja ela entendida como “ontologia” ou como “paradigma”. O atual cenário do jornalismo na sociedade, vivenciando crises sistêmicas mundo afora, apenas permite prosseguir numa reflexão indicativa, buscando compreender – a partir da literatura apresentada e do contexto social brasileiro, qual o conjunto de preceitos, ações e atividades expressam a práxis do trabalho jornalístico^[3] e que potencialmente podem reconfigurar ontologias/paradigmas vigentes.

Jornalismo e desinformação ante crises sistêmicas

Evidenciamos que a amplitude e o impacto das variáveis ontológicas oscilam em suas ênfases conforme

a própria oscilação do ecossistema sócio-informativo vigente. Em momentos críticos como a pandemia covid-19, as polarizações, a instabilidade política e social, e a deslegitimação de instituições ocorrem em ondas de desinformação que exigem uma reação do jornalismo para a reafirmação de seus papéis fundantes. Iremos centrar aqui a discussão sobre como tais reações (e ações) nos levam à reflexão sobre a resiliência dos preceitos ontológicos consolidados diante de tais cenários.

Assumimos como ponto de partida as propostas de Wardle e Derakshian (2017) para quem a desordem informativa – do falso ao danoso – pode caracterizar-se como *mis-information*, *dis-information* e *mal-information*. Também recorremos a Lucas Graves (2013; 2020) para quem a atividade de *fact-checking* veio assumindo nas décadas recentes uma nova forma de jornalismo diferenciando-se da tradicional atividade de verificação: “[...] por outro lado, no jornalismo diário o *fact-checking* geralmente pára onde a narração começa: a checagem interna assegura ao repórter as aspas corretas, não a sua veracidade” (Graves: 2013, p.3).

Temos aqui um aspecto importante – a diferença entre verificação, atividade inerente à ontologia basilar do trabalho jornalístico e o *fact-checking*, atividade que vem tomando forma como parte da função jornalística, mas ainda não discutida de forma aprofundada em termos ontológicos.

Tal dicotomia (que trataremos mais adiante) evidenciou-se durante a pandemia covid-19 (como também em outros momentos sociais sistêmicos como diversos processos eleitorais recentes mundo afora) quando as redações tradicionais e também os empreendimentos jornalísticos independentes viram emergir uma sucessão de intercorrências à práxis – viralização incontável de (des)informações, velocidade dos acontecimentos, necessidade de apoiar e instrumentalizar com informações a opinião pública, criação de processos de trabalho não-rotineiros, escuta da audiência especialmente nas plataformas sociais, entre outros.

Não é foco desta reflexão uma análise

[2] Entendemos por normalização (Perreault e Ferrucci, 2020) o trabalho que atores jornalísticos fazem em forma coletiva para organizar as rotinas e as visões e valores operacionalizados pelas coerências das práticas e preservação da qualidade noticiosa, criar engajamento do conjunto de atores, proporcionar o apoio institucional às atividades e monitorar a performance dos produtos resultantes.

[3] Compreendendo, não exaustivamente, direcionamento editorial do veículo; posicionamento político, econômico e negocial; valores editoriais (do campo e do veículo); sistema de pauta; objetividade; precisão; rotinas produtivas – captação, verificação, narração em múltiplos formatos, contextualização; usos e códigos de sistemas publicadores; modelização do espaço numérico das plataformas digitalizadas; procedimentos de produção ágil para o desenvolvimento de produtos jornalísticos; trabalho em equipe multidisciplinar; responsividade e resiliência às mudanças; competências de relacionamento com a audiência.

específica sobre os procedimentos e coberturas da crise covid-19 adotados pelos veículos. Sobre tal especificidade existem importantes ações no Brasil e internacionalmente que pontuamos a seguir como referências para uma mirada mais ampla.

AABRAJI (2020, online) publicou extenso conteúdo traduzido de fontes internacionais com dicas, conselhos e informações para o trabalho do jornalista em momentos de covid-19. Todo o conteúdo está diretamente focado na prática, passando por aspectos da narrativa, segurança física e digital, lista de fontes especialistas, formas de lidar com traumas e vítimas, e todo um conjunto de instruções para trabalhar com a verificação e o *fact-checking*; o *Reuters Institute for Journalism Research*, vinculado à Universidade de Oxford, que publicou duas notas informativas em março/2020 alertando a comunidade jornalística sobre as boas práticas para a cobertura covid-19; o *NiemanLab*, vinculado à Universidade de Harvard, resume pontos de atenção e gestão das redações para: a escala de disseminação de desinformações, formatos e clareza narrativa, uso de fontes legítimas e criação de um sistema interno de responsabilidades sobre os conteúdos. a professora e pesquisadora Julie Posetti, diretora do *The International Center for Journalists* (ICFJ) produziu dois conteúdos importantes para orientar a atividade jornalística neste momento crítico: um relatório da UNESCO (s/d, online) que coloca em linha governos, mídia, empresas de internet e instituições representativas da sociedade para ações coordenadas e uma pesquisa do ICFJ que mapeia um *modus operandi* mais focado em sua essência, centrado na audiência e com uma postura de serviço público.

Retomando o foco mais amplo – desinformação e crise sistêmica, uma breve análise sobre o conteúdo produzido pelos relatórios e ações acima citadas evidenciam-se propostas e orientações relativas a aspectos ontológicos da rotina jornalística de apuração, verificação e narração; de novas rotinas sobre proximidade e relacionamento com a audiência; e posicionamentos editoriais mais efetivos dos veículos quanto ao esclarecimento da opinião pública.

Em coabitação com os entes jornalísticos e seus processos formais de produção de sentido temos um amplo grupo de entes digitalizados, intervenientes e cruciais que alteram o ecossistema informativo por meio da disponibilização de ambientes facilitadores à ampliação de vozes participantes, produtoras de sentido e opinativas e que, por vezes, assumem uma função (des)informativa, atingindo audiências significativas para além dos veículos legítimos da imprensa. Falamos

das plataformas sociais digitais com o protagonismo do Facebook, Instagram e YouTube, de buscadores como o Google e suas plataformas de informação associadas, e de sistemas mensageiros como o WhatsApp e o Telegram. São ambiências privadas, com lógicas econômicas próprias, detentoras de sistemas de modulação algorítmica do conteúdo não necessariamente pautados pelos preceitos básicos do jornalismo, com objetivos de monetização por meio do volume de tráfego de usuários na ambiência, além de estabelecerem barreiras técnicas que delimitam acesso, segurança/privacidade para usuários.

A plataforma tem sido discutida por autores fundantes (Figaro et. al, 2020; Grohmann, 2020; Poell et. al, 2020; Couldry & Mejías, 2019; Van Djick et. al, 2018; Souza et. al, 2018, entre os mais recentes). Temos a considerar os impactos das plataformas nos processos comunicativos e, nestes, nos processos jornalísticos.

Poell et. al (2020) entendem a ação das plataformas numa tríade institucional constituída pela infraestrutura tecnológica, pelos mercados e pelos processos de governança. Tal entranhamento produz impactos nos sistemas de comunicação:

“[...] a partir de uma perspectiva dos estudos culturais, a plataforma leva à (re)organização das práticas culturais em torno de plataformas, enquanto essas práticas moldam simultaneamente as dimensões institucionais de uma plataforma. Por fim, as atividades coletivas de usuários finais e complementadores e a resposta dos operadores das plataformas a essas atividades determinam o crescimento contínuo de uma plataforma ou o seu fim.” (ibid, p. 6)

Na perspectiva do ambiente comunicativo brasileiro, o impacto das plataformas sociais digitais merece atenção, especialmente ao falarmos de circulação de informações e produção de sentido em momentos de crises. Além destes, há que se considerar os impactos que ocorrem no trabalho de comunicadores e jornalistas especialmente, atuando numa arena de embate entre a credibilidade midiática e a desinformação.

Retomamos aqui a tese de doutorado de Marcelo Alves (2019) faz uma análise longitudinal “[...] entre 2013 e 2018, as continuidades e rupturas contemporâneas da hibridização do sistema midiático brasileiro que levaram Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil (p. 318), focado na plataforma Facebook, e buscando entender as relações da imprensa tradicional

com as plataformas sociais: “compreender a conjuntura político-midiática contemporânea é definir em qual medida se deu o enfraquecimento da hegemonia da imprensa tradicional em pautar a agenda, enquadramentos e interpretações do público no Facebook” (p. 321). A partir de suas análises sobre polarizações, desarranjos de visibilidade e desinformação, é possível depreender que se configura um ecossistema midiático repleto de entrançamentos na produção de conteúdos onde, muitas vezes, um conteúdo de fonte jornalística legitimada é utilizado como material para produção de um “novo” sentido sobre o tema por meio das ambiências plataformizadas, e a exploração de *affordances* por elas permitidas a exemplo de robôs, disseminação dirigida etc.

Sob o ponto de vista do trabalho de jornalistas e comunicadores, qual seja, a práxis em ação, a coabitação nestes ambientes plataformizados e (des)informativos leva a adensamentos do volume de trabalho; tensionamentos de emoções e sentimentos dos profissionais; e ampliação de incertezas múltiplas. A pesquisa recentemente realizada pelo grupo de pesquisa em Comunicação e Trabalho, da USP (Fíguro et. al, 2020) indica uma sucessão de novos procedimentos na produção informativa – uso de comunicação remota, alterações na prática das narrativas, configurações de profissionais multitarefa e multi-responsabilidades, entre outras. E, no caso de jornalistas “As declarações nos mostraram profissionais nomeando-se jornalistas e exercendo cargos, cujas atividades estão distantes daquelas tradicionais pensadas e teorizadas como jornalismo. Esses profissionais executam tarefas de marketing, assessoria de comunicação, administração, mas continuam se identificando com a profissão de jornalista.” (Ibid, p. 11)

As duas pesquisas que pontuamos, refletem, a despeito de respectivas especificidades, significativas transformações da práxis (e da ontologia) determinadas pela condição impermanente e digitalizada que a sociedade conectada vivencia. Não seria possível, dado nosso escopo, nominar um conjunto expressivo e recente de pesquisas e artigos, nacionais e internacionais, sobre o tema. O que pudemos constatar deste todo é mais um momento de disrupção para o campo do jornalismo – estrutural do negócio, de resignificação de processos redacionais e narrativos, de reconfiguração de entes

e do próprio papel social da mídia. Uma disrupção que propõe rediscutirmos os pontos ontológicos do campo para incorporar resiliências ante os diferentes (e contínuos) momentos críticos da sociedade.

Entre a verificação e o *fact-checking*: conceitos e dicotomias de um ponto ontológico

Indicamos anteriormente, o aspecto mais sensível da prática jornalística num momento crítico é enfrentar a disseminação de desinformações múltiplas e buscar formas de restringir tal processo para a manutenção de uma imprensa de qualidade, transparente, ética, credível e legítima. Falamos de um processo dinâmico de preservação dos princípios basilares^[4] do campo diante de um sistema paralelo e “vitaminado” de práticas desinformativas.

Tem-se claro que as etapas de pauta, captação/apuração e verificação são fundamentais para resultar na qualidade e na credibilidade pretendidas por uma marca jornalística. São etapas que possuem ontologias específicas e fazeres historicamente incorporados ao trabalho redacional.

Com o gigantismo da onda de desinformação que vivenciamos – não apenas com a crise covid-19, mas também em momentos anteriores a exemplo de processos eleitorais, outras crises de saúde e movimentos sociais, a verificação durante a construção da notícia assume um papel vital que, muitas vezes, requer processos e atividades para além de sua função ontológica tradicional diante de um ambiente acelerado.

Conforme Lucas Graves (2013; 2020), ocorre uma dicotomia entre verificação e *fact-checking*^[5] por conta de diferentes *timings* de processo. A verificação é um processo que instrumentaliza reportar o acontecimento e ocorre durante a construção do conteúdo e, predominantemente, busca fontes oficiais; o *fact-checking* é um processo que permeia o antes, o durante e o depois da narração dos acontecimentos (e algumas vezes antecipa acontecimentos) para instrumentalizar a veracidade dos fatos e a forma que estes podem ser contextualizados para a opinião pública.

Por outro lado, tal dicotomia não é determinante ou restritiva, ocorrendo sobreposições entre os dois pro-

[4] Diversos autores pontificam sobre a indicação de princípios. Resumimos aqui nosso entendimento: veracidade e verificação dos fatos, compromisso com o público, independência de interesses e poderes, vigilância na forma de contra-poder ao discurso dominante, clareza no conteúdo.

[5] Entendemos que a atividade de *fact-checking* não ocorre apenas para a verificação das chamadas *fake news* de per si. Constitui-se num processo mais amplo que permeia por todo o espectro desinformativo (Wardle & Derakshian, 2017).

Verificação clássica	Fact-checking
Inserida na rotina das redações	Ocorre predominantemente externa à redação. Autonomia
Baseia-se em fontes oficiais geralmente citadas em aspas	Mineração de dados e informações em fontes extra-oficiais; uso de especialistas temáticos de referência
Utiliza-se de <i>off</i>	Utiliza-se de <i>off</i> entre outros recursos
<i>Gatekeeping</i>	<i>Gatewatching</i> . Busca gaps em declarações e dados e frequentemente contradiz os dados e estatísticas oficiais
Objetiva a reafirmação da credibilidade de marca – <i>trust</i>	Objetiva prestação de serviço à sociedade e esclarecimento da opinião pública
Instrumentaliza a publicação rápida dos conteúdos	Não é simultânea à publicação dos conteúdos e o tempo de checagem é, geralmente, longo
Trata com complexidade (reatividade) eventuais “erros” e retificações	Alimenta o <i>debunking</i> (desmascaramento) ^[6]
Procedimentos e métodos de checagem combinam a ontologia tradicional com os agendamentos editoriais do veículo, sem a obrigatoriedade de transparência	Procedimentos e métodos de checagem tendem a ser uniformes e pactuados em coletivo entre colaboradores e entidades globais da área, focados na transparência
	Produz argumentos e interpretações sobre o conteúdo checado, criando abordagens de contexto e denúncia
	Trabalha de forma colaborativa e em rede de profissionais locais, regionais e globais
	Uso intensivo de ferramentas digitais para checagem de dados, imagens e audiovisuais

Tabela 1.

Fonte: Tabela elaborada pela autora

[6] Diferentes autores (Claire Wardle, Chan et al, Caulfield entre outros) discutem a validade da prática do *debunking* como combate à desinformação. Especialmente em momentos críticos, o *debunking* publicado sem uma estratégia narrativa e sem o momento adequado pode ampliar os efeitos da notícia falsa. Por conta disso indicamos que o *fact-checking* “alimenta” desmascaramentos, cuja publicação e disseminação é definida por critérios editoriais do veículo.

cessos por conta das características de cada ecossistema informativo. Podemos dizer que tratamos de um “campo de bordas” (Graves, 2020) no qual entrecruzam-se a rotina noticiosa versus as páginas editoriais, o reportar versus a crítica da mídia, a produção profissional versus a amadorística, os discursos jornalísticos versus discursos de atores intencionais (políticos, ativistas, ideólogos, etc.), fatos versus contexto dos fatos.

A Tabela 1 a seguir apresenta similaridades e diferenças entre os dois processos:

Tal cenário de diferenças é bastante anterior ao momento atual, embora claramente enfatizado agora. Remonta ao surgimento de blogs jornalísticos quando emerge um fazer que mescla o jornalismo anotativo com um cruzamento de intertextualidades no estilo jornalístico e a própria crítica da mídia. Evolui a partir disso para um movimento amplo, global e em institucionalização com um sub-campo do jornalismo, ou até mesmo um novo campo nas Ciências Sociais ainda que relacionado ao jornalismo. Graves (2020) afirma que a atividade contemporânea de *fact-checking* caracteriza-se como um campo incipiente do jornalismo “inexorável e crítico à falta de objetividade” que ocorre nas práxis dos veículos hegemônicos, praticado pela figura de *fact-checkers*, sejam organizados em agências/entidades de checagem, sejam profissionais autônomos.

Com isso, a atividade de *fact-checking* configura-se, atualmente, como um processo organizado, agregando as múltiplas entidades que praticam a atividade, seja por meio de uma rede parametrizadora de métodos, códigos e procedimentos, a IFCN – *International Fact-Checking Network*, seja pelos encontros anuais por ela promovidos, o *GlobalFact* desde 2014 para compartilhamento e troca de experiências da comunidade global de checagem. As experiências da IFCN e do evento *Global Fact*, associadas às suas atividades acadêmicas, deram a Graves a condição de propor o *fact-checking* e seus profissionais como uma atividade paralela (e com canais de integração) ao processo de verificação formal de uma redação, parametrizado por uma ontologia consolidada.

Para Graves (2020) o construto do *fact-checking* surge no bojo conceitual das comunidades interpretativas de Zelizer que refletem sobre a narrativa e os meta-discursos do fazer narrativo; e nas comunidades de prática de Wenger que discutem o surgimento de novas identidades e espaços profissionais decorrentes da transformação do negócio informativo ao longo do tempo.

No Brasil, a constituição de uma comunidade de *fact-checkers* é bastante sólida e participante ativa das atividades da IFCN, seguindo a ontologia por eles

sugerida para checagens. As agências Lupa, Pública, Aos Fatos, Truco, Boatos.org, E-Farsas, dentre as principais, são empreendimentos independentes que produzem fluxos contínuos de checagem e, no caso da Pública, reportagens investigativas que emergem via checagens. Seus trabalhos vêm a público seja pelos seus próprios canais de disseminação, seja por parcerias com veículos hegemônicos. Cada uma delas possuem metodologias próprias baseadas no código de princípios da IFCN e também em experiências de agências latino-americanas como a Chaqueado e a norte-americana Politifact.

Novamente indicamos que não é objetivo desta reflexão dissecarmos as atividades do *fact-checking* independente no Brasil. Focamos nos aspectos ontológicos do campo jornalístico no qual a presença de agências de checagem e respectiva constituição de uma comunidade de *fact-checkers*. Nesse sentido, praticamente todas as agências citadas explicitam suas metodologias de trabalho nos respectivos sítios da rede, sendo possível verificar processos similares entre elas definidos por uma base comum: “A matéria-prima principal no processo de produção de conteúdo jornalístico são as declarações feitas por atores públicos e as informações potencialmente falsas que circulam em plataformas de redes sociais e em aplicativos de mensagem”. (Lupa, online) A partir disso os processos de *fact-checking* e *debunking* se desenvolvem pela ponderação da relevância do conteúdo a ser checado, consultas às fontes originais e oficiais, consulta a outras fontes relevantes e relacionadas e produção de conteúdo qualitativo analisando o grau de veracidade do material por meio de “dados históricos, estatísticos, comparações e informações relativas à legalidade ou constitucionalidade de um fato”. (Lupa, online)

Ainda sobre o ecossistema informativo brasileiro, existe uma espécie de “convivência variável” entre as empresas informativas hegemônicas e as agências de checagem e que indicam interveniências nas ontologias seja de verificação, seja de *fact-checking*. A Figura 1 apresenta o ecossistema, sem, contudo, esgotarmos o cenário dada sua contínua mutação:

O funcionamento deste ecossistema tem nas agências um processo sistemático e contínuo e nas empresas de mídia ocorre de maneira episódica, quase sempre em função da intensidade de acontecimentos institucionalizados, a exemplo da pandemia covid-19 e de processos eleitorais. Temos claro que o *fact-checking* é processo que necessita de financiamento e infraestrutura, gerando complexidades na sua execução por parte do sistema e das empresas informativas em especial.

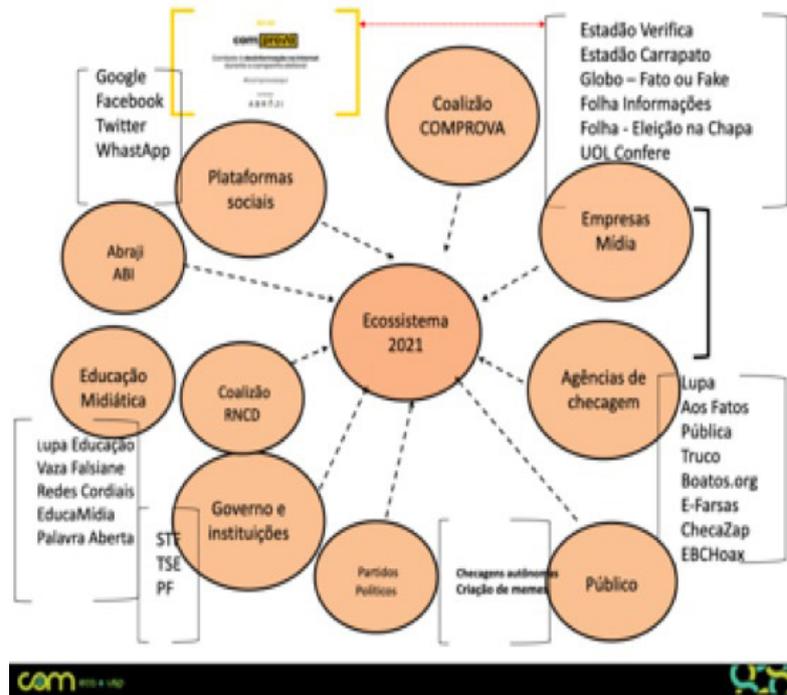


Figura 1. Ecosistema Brasileiro de verificação/fact-checking em 2021^[7].

O surgimento recente de redes como a RNCD e entidades de educação midiática denota que o recrudescimento da cena desinformativa coloca o *fact-checking* e demais ações de combate como uma preocupação institucional por parte de diferentes atores e agentes da sociedade, mas, ao mesmo tempo, inferimos algum distanciamento das empresas informativas que pouco alteraram suas práticas.

Estas posicionam-se de forma peculiar no ecossistema: possuem metodologias e procedimentos próprios e não divulgados de *fact-checking* interno; contratam/parceiros (terceirização) de agências de checagem – que geralmente seguem os métodos globalmente acordados via IFCN; e participam da coalizão Comprova que também segue os preceitos da IFCN. Tal dispersão de vínculos e ações enfatiza a existência de um processo não convergente em termos de metodologias de checagem e, principalmente, em termos de inclusão do *fact-checking* no conjunto de atividades de uma empresa informativa, delegando a mesma para outros entes do ecossistema.

Nosso mapeamento reforça o pressuposto de que verificação redacional e *fact-checking* não são atividades

similares em sua descrição ontológica, mas fazem parte de um ecossistema colaborativo no qual os protagonismos parecem funcionar num sistema de pesos e contrapesos ao sabor dos momentos que o tecido social vivenciar. E, o atual momento de crise social sistêmica nos leva a pontuar uma reconfigurada/adequação das ontologias do campo.

Notas e reflexões

Ao propormos um ensaio teórico para discutir impactos de momentos de crise social no fazer jornalístico e, por consequência, na revisão de suas ontologias, tínhamos claro que adentrávamos em campo sensível e passível de questionamentos. Mas, assumimos que é de dialogias e possíveis convergências que os estudos do jornalismo avançam. Tínhamos por pressuposto inicial a existência de diferenças entre as ontologias do jornalismo no processo de verificação e aquelas do *fact-checking* que se intensificam diante de ondas de desinformação e nossas questões para reflexão – sobre como atua o jornalismo especialmente em

[7] Realizamos originalmente este mapeamento em 2018 para apresentação no VI COBCIBER – Lisboa e em um seminário promovido pela ANJ. Atualizamos o mapa para 2021 como parte desta pesquisa.

períodos sociais críticos e sistêmico; como a práxis pautada por ontologias consolidadas de adequa a estes momentos parecem constituir-se em pauta permanente para o campo na medida em que a função sociotécnica do jornalismo é evidente tempo para as ambiências digitalizadas.

Quando apontamos dicotomias processuais e, portanto, ontológicas, entre a verificação e o *fact-checking* não significa que rumamos para uma incompatibilidade. Ambas são parte do mundo jornalístico e, no dizer do professor Stephen Ostertag (2019, p. 2847), se estruturam como que em camadas de um mesmo sistema relacional (*dual-layers*) no qual o processo de produção informativa é “(1) holístico, integrando criação, consumo e narrativa numa única estrutura; (2) perpassa por múltiplas dicotomias existentes no campo; (3) insere-se no amplo guarda-chuva da teoria social de diferenças e similaridades” (tradução livre da autora).

Retomando a idéia de que ontologia se refere ao “estudo do que é” temos a refletir sobre o que é a prática jornalística contemporânea e como ela de posiciona resiliente, flexível e legítima diante de oscilações sociais. Posicionamentos que exigem a mesma resiliência e flexibilidade de suas ontologias.

Novos posicionamentos ontológicos diante de ondas de desinformação preservam o jornalismo de qualidade, um jornalismo que, como tal, não publica inverdades, mas necessita de processos mais complexos que o já consolidado de verificação redacional. O *fact-checking* parece ser o complemento necessário para dar conta do cenário, mas, ao mesmo tempo, não se encaixa no cotidiano e nos ritmos de veículos tradicionais. Há que se aceitar que “o estado que é” o jornalismo contemporâneo – um campo que vivencia a impermanência de seu ambiente. A própria configuração do ecossistema brasileiro de combate à desinformação dá conta das citadas dicotomias.

Com isso, uma primeira nota a repensar está na reafirmação da proposta de Lucas Graves que vê o *fact-checking* como uma espécie de campo paralelo ao jornalismo tradicional. Abre-se aqui toda uma discussão acerca de métodos e procedimentos; viabilidade de negócios, considerando que o *fact-checking* é realizado predominantemente por agências configuradas como empresas; formas de trabalho em equipes multidisciplinares e colaborativas; infraestrutura técnica para viabilizar o trabalho; postura aberta a inovações, entre os principais aspectos.

Uma segunda nota decorre da anterior e suscita se *fact-checking* é um outro modo de fazer jornalismo ou se, ao constituir-se em campo, requer o repensar a constituição de perfis profissionais e respectiva formação acadêmica. O

momento de nosso tecido social, sem importar se falamos de novo campo ou sub-campo, pede uma revisão das estruturas curriculares da formação do “novo” jornalista, incluindo o uso de dados, o uso de técnicas de checagem, ampliação do leque de saberes e revisão da ética profissional.

Por último, nota-se a oportunidade de olharmos para o jornalismo como parte de um ritual comunicativo enraizado nas bases da sociedade que atua, e como ritual, requer o estabelecimento de relações estáveis, duradouras e conversacionais com seu entorno – leitores/público/audiência e fontes – para o compartilhamento ritualizado de sentidos e significados em comum.

Os tempos e ritmos de verificação redacional e *fact-checking* independente são diferentes, algumas vezes simultâneos; suas ontologias têm diversos pontos de correlação; a agregação do hábito do *fact-checking* no consumo informativo da audiência ainda é incipiente; a fluidez e a impermanência da sociedade mergulhada na digitalização indicam que, antes de falarmos de uma transformação ontológica do campo é oportuno aceitarmos sua resiliência neste cenário.

Referências

- ABRAJI. Cobertura covid-19: dicas, conselhos e informações para jornalistas. s/d. São Paulo. Disponível em <https://abraji.org.br/help-desk/cobertura-da-covid-19-dicas-conselhos-e-informacoes-para-jornalistas>
- AGÊNCIA LUPA. Como a Lupa faz suas checagens. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>
- ALVES dos Santos, M. 2019. Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCOM.2019.d.10737912626>
- ALZAMORA, G. C. 2007. Fluxos de informação no ciberespaço – conexões emergentes. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 75-88.
- ARAÚJO, V.R.H. 1995. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*, Vol 24, número 1. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/53>
- BELLAN, R. R. S. 2017. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. *Matrizes*, V.11 - Nº 3 set./dez. São Paulo - Brasil p. 129-149

- BORESMA, M., PETERS, C. 2017. Towards a Functional Perspective on Journalism's Role and Relevance, in *Rethinking Journalism Again Societal role and public relevance in a digital age*. Eds: BORESMA, M., PETERS, C London: Routledge, 246 p.
- BRUNS, A. 2004 Reconfiguring journalism: Syndication, gatewatching and multiperspectival news. In: GOGGIN, G (ed.) *Virtual Nation: The Internet in Australia*. Sydney: UNSW Press, 177-92.
- BUNGE, M. 1999 *Sistemas Sociales y Filosofía*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- _____. (2000). Systemism: the alternative to individualism and holism. *The Journal of Socio-Economics*, n. 29, 147-157.
- _____. (2003). *Emergencia y convergencia: novedad cualitativa y unidad del conocimiento*. Barcelona: Gedisa.
- CEVOLINI, A. 2019. What's New in Fake News? The disinhibition of dissent in a hyperconnected society. *Sociologia e Politiche Sociali*, 21(3):75-91. DOI: [10.3280/SP2018-003005](https://doi.org/10.3280/SP2018-003005)
- CHAGAS, L.J.V. 2017. Empatia, inclinação e alteridades na ontologia da notícia. *Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science* Volume nº 5, Numero 1 - Dez 2017.
- CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. 2016. *Natureza e Transformação do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016
- CHIDEYA, F. 2020. This Is Our Chance to Champion Media Equity to Save Civil Society. Are We Willing to Take It?, in *RECONSTRUCTING AMERICAN NEWS Investing in the transformation of journalistic processes and power relations to strengthen civil society*. Ford Foundation: Report, Disponível em <https://www.fordfoundation.org/media/5541/cfe-report-reconstructing-american-news.pdf>
- CHRISTAKIS, N. FOWLER, J. 2011. *Connected: The Surprising Power of Our Social Networks and How They Shape Our Lives -- How Your Friends' Friends' Friends Affect Everything You Feel, Think, and Do*. Brown Spark, 2011.
- COULDRY, N.; MEJÍAS, U. 2019. *THE COSTS OF CONNECTION* How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. California: Stanford University Press.
- COSTA, Fernando. N. 2020. *Pensamento Sistêmico da Complexidade*. Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2020. 256p.
- DEUZE, M., WITSCHGE, T. 2018. Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, Vol. 19(2) 165–181. DOI: [10.1177/1464884916688550](https://doi.org/10.1177/1464884916688550)
- DOMINGO, D. 2021. *Reconstructing Journalism Norms*. London, Routledge, 224p.
- FIGARO, Roseli; BARRROS, Janaina V.; SILVA, Naiana R.; CAMARGO, Camila A.; SILVA, Ana Flávia M.; MOLIANI, João Augusto; OLIVEIRA, Daniela Ferreira de. Como trabalham os comunicadores na pandemia da Covid-19? *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, EDIÇÃO ESPECIAL – DOSSIÊ COVID-19, p. 1-39, 202
- GRAVES, L. 2013. Deciding What's True: Fact-Checking Journalism and the New Ecology of News. Tese de doutoramento. New York, Columbia University: Graduate School of Arts and Sciences, 312 p.
- GRAVES, L., LAUER, L. 2020. From Movement to Institution: The "Global Fact" Summit as a Field-Configuring Event. *Sociologica*. V.14 N.2. ISSN 1971-8853. <https://sociologica.unibo.it>
- GROHMANN, R. 2020. A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, e5145, disponível em <http://www.ibict.br/liinc> <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.514>
- HARCUP, T. 2020. *What's the point of the news? A study ethical journalism. Switzerland*. Disponível em <https://doi.org/10.1007/978-3-030-39947-4>
- HENN, R.; OLIVEIRA, F. T. 2015. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. *Revista FAMECOS: mídia cultura e tecnologia*. Porto Alegre. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2015.3.20560>
- HERMIDA, A. 2013. #Journalism: Reconfiguring Journalism Research About Twitter, One Tweet at a Time. *Digital Journalism* 1, no. 3, p. 295-313. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=3421655>
- KITTLER, F. 2009. Towards an Ontology of Media. *Theory Culture Society* vol.26, n. 2. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276409103106> DOI: [10.1177/0263276409103106](https://doi.org/10.1177/0263276409103106)
- KOVACH, B., & ROSENSTIEL, T. 2014. *The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect* (3rd ed.). London: Three Rivers Press.
- LATOUR, B. 1994a. On technical mediation - philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64.
- MARTINE, T., MAEYER, J. 2018. Networks of Reference: Rethinking Objectivity Theory in Journalism. *Communication Theory*. D.O.I. 29. [10.1093/ct/qty020](https://doi.org/10.1093/ct/qty020).

- MORAES, E. A. M.; AMBRÓSIO, A.P.L. 2007. *Ontologias: conceitos, usos, tipos, metodologias, ferramentas e linguagens*. Relatório Técnico INF_001/07. Instituto de Informática, Universidade Federal de Goiás. Disponível em www.inf.ufg.br
- MOREIRA, Sonia V.; ALONSO, Martin O. 2018. JOURNALISTS IN NEWSROOMS: Professional roles, influences, and changes to journalism. *BJR – Brazilian journalism review*: Brasília -DF - Vol. 14 - N. 2 – August, online. ISSN 1981-9854, p. 304-317.
- MUOURA, D.O.; ARRAES, D.; SANTOS, E.; VERRI, F.; LIMA, P. 2018. As transformações do jornalismo segundo os pesquisadores brasileiros: 11 anos de Compós. *Revista Passagens Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará* Volume 9. Número 1. Ano 2018. Páginas 111-126.
- OSTERTAG, S. (2020). News as Relational Social Practice: A Theoretical Framework. *International Journal of Communication*, v. 14, p. 2846–2867.
- PERREAULT, G. P., FERRUCCI, P. 2020 What Is Digital Journalism? Defining the Practice and Role of the Digital Journalist, *Digital Journalism*, 8:10, 1298-1316, DOI: 10.1080/21670811.2020.1848442
- POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. (2020) Plataformização. *revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 22(1):2-10 janeiro/abril. Unisinos – doi: 10.4013/fem.2020.221.01
- POSETTI, J., BONTCHEVA, K. 2020. Disinfodemic: dissecting responses to covid-19 disinformation. Unesco. Disponível em https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf.
- PRIMO, A., ZAGO, G. 2015. WHO AND WHAT DO JOURNALISM? An actor-network perspective. *Digital Journalism*, Vol. 3, No. 1, 38–52. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.927987>
- RIBEIRO, F., FONSECA, D. (2020). O Início de uma Nova Era? Análise Exploratória a Plataformas Digitais de Verificação de Fake News. *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*, (39), 91-110. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n39.2020.a4>
- SANTAELLA, L., CARDOSO, T. 2015. O desconcertante conceito de mediação.
- SILVA, L.M.; VIANNA, W. B.; KERN, V. M. 2016. O sistema de Bunge como base teórico-metodológica para pesquisa em Ciência da Informação. *Em Questão*, vol. 22, núm. 2, pp. 140-164. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- SOSTER, D. de A. 2009. A reconfiguração do jornalismo na primeira década do século XXI. *Ícone*, v. 11 n2. ISSN 2175-215X. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230172/24420>.
- SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sergio Amadeu (orgs.). *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018
- SPONHOLZ, L. (2009). Da realidade a ser mediada à realidade midiática. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 19- 36, julho/dezembro 2009.
- STEENSEN, S. WESTLUND, O. 2020. *What is digital Journalism Studies?*. London, Imprint Routledge, 136 p. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9780429259555>.
- STEENSEN, S., & AHVA, L. 2015. Theories of journalism in a digital age: An exploration and introduction. *Journalism Practice*, 9(1), 1–18. Disponível em <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.928454>
- Técnica em Bruno Latour. *Matrizes*: V. 9 - Nº 1 jan./jun. São Paulo – Brasil, p. 167-185. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185>
- TELES DA SILVA, M. L. 2020. Crise sistêmica : veredas estratégicas / Marcelo Leal Teles da Silva (org). --1. ed.-- São Paulo : Outras Expressões, 129 p.
- TOYOSHIMA, F. 2019. Ontology of Time for the Digital Humanities: A Foundational View. *JOWO*. Disponível em <http://ceur-ws.org/Vol-2518/paper-WODHSA10.pdf>
- Nikki Usher (2018) Re-Thinking Trust in the News, *Journalism Studies*, 19:4, 564-578, DOI: 10.1080/1461670X.2017.1375391
- Van Djick, Jose et al. *The Platform Society. Public values in a connective world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- VENTURINI, T., MUNK, A., JACOMY, M. 2018. Ator-rede versus Análise de Redes versus Redes Digitais: falamos das mesmas redes? *Galaxia* (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 38, mai-ago., p. 5-27. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554236645>
- WARD, S. J. A. 2018. Reconstructing Journalism Ethics: Disrupt, Invent, Collaborate. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 09-17. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100002&lng=pt&nrm=iso
- WARDLE, C.; DERAKSHAN, H. 2017. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe. Disponível em <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>
- ZELIZER, B. 2019. Why Journalism Is About More Than Digital Technology. *Digital Journalism*. D.O.I. 7. 343-350. 10.1080/21670811.2019.1571932.